



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR AMBULATÓRIO INDÍGENA

1 - INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

A fundamentação legal deste estudo encontra-se no artigo 18, §1º da Lei Federal 14.133/2021.

2 - OBJETO DO ESTUDO E ESPECIFICAÇÕES GERAIS

2.1 - O objeto deste estudo técnico preliminar é a contratação de empresa especializada para a construção de um Espaço de Atendimento/Saúde para a comunidade indígena da Aldeia Fag Nor (Aeroporto), com o fornecimento dos materiais e da mão de obra necessários.

2.2 - O Ambulatório será construído em terreno localizado na Rodovia Br-285 Km 292,7, Setor Comunidade FagNor, São José, Passo Fundo/Rs, CEP: 99052-900, no Município de Passo Fundo/RS.

2.3 - O prazo para realização da obra será de 90 (noventa) dias, a partir da data da ordem de serviço expedida pelo fiscal do contrato.

2.4 - O objeto deste estudo tem natureza de obra/serviço comum de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital e nos anexos, por meio de especificações usuais de mercado.

2.5 - A obra será construída com recursos provenientes da Política Estadual de Atenção Primária à Saúde (PIAPS), do Governo Estadual, conforme Portarias SES nº 188/2024 e 189/2024, que preveem repasse de recursos para elaboração de ações através do Plano de Aplicação de Saúde Indígena, entre elas, a qualificação da infraestrutura dos espaços de atendimento/saúde.

α. 3 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 - A construção de um Espaço de Atendimento para a Saúde Indígena atende a uma demanda da Comunidade Indígena Fag Nor, onde, durante a elaboração do plano de aplicação, foi apontada como necessidade prioritária da aldeia a disponibilização de um espaço adequado para que a equipe de Saúde do Departamento de Saúde Indígena realize os atendimentos.

3.2 - A iniciativa para construção de um Espaço de Atendimento para a Saúde Indígena contribuirá para a ampliação e qualificação do acesso aos serviços de saúde, garantindo um ambiente adequado para acolhimento e atendimento da população indígena, respeitando suas especificidades culturais e fortalecendo as ações de promoção, prevenção e cuidado no território.



3.3 - A proposta está alinhada às diretrizes estabelecidas nas Portarias Estaduais nº 188/2024 e nº 189/2024, que asseguram às comunidades indígenas a participação na elaboração do Plano de Aplicação, conforme as demandas e prioridades identificadas no território. Essas normativas incentivam a qualificação da infraestrutura dos serviços de saúde, com vistas à ampliação do acesso e à melhoria das condições de atendimento à população. O referido Plano de Aplicação vem sendo construído há período significativo, de forma articulada entre o município, a comunidade indígena e a 6ª Coordenadoria Regional de Saúde, considerando as necessidades locais e as estratégias para qualificação da atenção à saúde.

3.4 - Desse modo, a implantação de um espaço específico para atendimento da população indígena busca reduzir barreiras de acesso, fortalecer o cuidado no território e qualificar o desenvolvimento das ações da Atenção Primária à Saúde.

β. 4 - ALINHAMENTO COM PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

4.1 - As despesas referentes às obras e aos serviços objeto do presente estudo técnico serão empenhadas nas seguintes dotações orçamentárias (vigentes e subsequentes):

Secretaria	Fonte	Dotação 2026	Valor
Secretaria de Saúde	Recurso Estadual	1487	R\$ 169.554,64

4.2 - No que tange à viabilidade orçamentária, a proposta será executada com recursos provenientes das Portarias Estaduais (Portarias SES/RS 188/2024 e 189/2024, atualizadas pelas Portarias SES/RS 212/2025 e 213/2025), os quais possuem destinação específica para o atendimento das demandas relacionadas à saúde da população indígena, devendo ser aplicados de forma exclusiva no fortalecimento das ações e na qualificação da atenção prestada às aldeias. Nesse sentido, a utilização dos recursos no presente projeto observa rigorosamente sua finalidade legal, garantindo a adequada aplicação no enfrentamento das necessidades identificadas junto às comunidades indígenas e assegurando conformidade com as diretrizes das políticas públicas.

χ. 5 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 - Objetiva-se contratar empresa especializada, devidamente registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

5.2 - A execução dos serviços deverá observar cuidadosamente a documentação técnica e o material empregado deverá ser de primeira linha. Não serão aceitos materiais de qualidade inferior aos definidos nas especificações.

5.3 - A contratada deverá disponibilizar os equipamentos exigidos, pessoal devidamente habilitado, materiais e o que mais se fizer necessário à execução do objeto.



5.4 - Regime de execução: execução indireta, com a adoção do regime de empreitada por preço global, levando-se em conta a licitação da obra com base nos projetos, com planilhas de quantitativos e custos mais precisos e transparentes que, portanto, definem com maior precisão o custo do empreendimento.

5.5 - Documentos exigidos para a habilitação dos licitantes:

5.5.1 - Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, em nome da empresa licitante, atualizada e expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU);

5.5.2 - Atestado de Capacidade Técnica, em nome da empresa licitante, devidamente registrado na entidade profissional competente (CREA ou CAU), que comprove que comprove a execução de edificações arquitetônicas.

5.6 - Documentos exigidos somente para assinatura do contrato:

a) Declaração, assinada pelo representante legal do licitante, com a indicação do profissional (nome completo e qualificação), que será o responsável técnico pela execução das obras e serviços objeto do presente estudo.

b) Certidão de Registro do Profissional (profissional indicado para atendimento da alínea “a”) na entidade profissional competente, ou seja, no CREA ou CAU.

c) Atestado de Qualificação Técnica e respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), em nome do responsável técnico do licitante (indicado na alínea “a”), devidamente registrado na entidade profissional competente (CREA ou CAU), que comprove a execução de edificações arquitetônicas.

5.7 - Durante todo o período de execução da obra, sempre que solicitado pela fiscalização, o engenheiro ou arquiteto responsável pela execução da obra deverá comparecer ao local do empreendimento.

5.8 - Requisitos de sustentabilidade: a contratada deverá utilizar na execução do objeto as boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando, sobretudo, os critérios indicados a seguir:

a) Adoção de práticas que evitem desperdício de água potável.

b) Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução da obra.

c) Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais.

d) Práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos.

e) Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos.

f) Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e às especificações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

g) Adoção de prática de destinação final de pilhas e de baterias usadas ou inservíveis,



segundo as normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

h) Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individual – EPIs necessários.

5.9 - Requisitos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados:

a) Lei Federal 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

b) Decreto Municipal 23/2023 (regulamenta a lei de licitações no âmbito municipal).

c) Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e das legislações pertinentes à execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange à qualidade dos materiais.

d) Lei 5.194/1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências.

e) Lei 12.378/2010, que regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação.

f) Lei 6.496/1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências.

g) Resolução CONAMA 307/2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

6 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

6.1 - As quantidades que compõem o objeto do presente estudo técnico foram obtidas por meio da análise técnica das características do local de execução da obra e dos serviços de engenharia, de acordo com os memoriais, os projetos e os demais documentos técnicos, considerando todas as etapas de execução. As quantidades estão detalhadas na planilha de orçamento que será anexo da licitação.

6.2 - Características gerais:

a) Área a ser construída: 70,00m².

7 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

7.1 - Não é o caso da contratação em questão, tendo em vista a natureza do objeto, pois há, no mercado nacional, diversas empresas para realização de obras e serviços de engenharia, o que possibilita ampla concorrência e vantagens à administração pública, propiciando transparência e legalidade para requerida contratação.

8 - ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

8.1 - O preço global estimado pela Administração para o objeto a ser contratado é de R\$ **169.554,64**, conforme será detalhado em planilha de orçamento, anexa ao edital de licitação.

8.2 - Para a elaboração do orçamento foram utilizados índices do Sistema Nacional de Pesquisa de



Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI (por ser a mais completa e recomendada para obras de construção civil), composições e cotações de mercado.

8. 9 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1 - A edificação será composta de recepção, 04 salas e sanitário. Em síntese, o objeto compreende a execução de serviços iniciais, fundação em radier, estrutura e paredes de madeira, cobertura com madeiramento e telhas em fibrocimento, pintura, pisos, instalações elétricas, instalações hidrossanitárias, esquadrias, louças e metais e serviços finais.

9.2 - A descrição completa dos serviços e das obras a serem executadas constará nos documentos técnicos que serão anexos do edital.

9.3 - Localização da obra objeto da contratação:



Coordenadas geográficas:

Latitude: 28°14'19.1"S

Longitude: 52°19'14.4"W

9.5 - Relatório fotográfico do local onde será executada a obra e os serviços de engenharia:



9.6 - Perspectiva:



ε. 10 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO

10.1 - O parcelamento da solução não é recomendável do ponto de vista da eficiência técnica, haja vista que o gerenciamento da obra permanecerá sempre a cargo de um único contratado, resultando em maior nível de controle de execução dos serviços por parte da Administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

10.2 - Ressalte-se que em obras com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa construtiva implica atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e da entrega da obra.

10.3 – Assim, não há viabilidade técnica na divisão dos serviços, que em sua grande maioria são



interdependentes, devendo ser executados por uma mesma empresa para garantir a responsabilidade técnica dos serviços. Também não há viabilidade econômica, pois a tendência é que o custo seja reduzido para obras maiores em função da diluição dos custos administrativos e lucro.

10.4 - Então, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração ou por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

11 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1 - Os resultados pretendidos com a construção do Espaço de Atendimento para a Saúde Indígena na Comunidade Indígena Fag Nor são diversos e abrangem a qualificação do acesso aos serviços de saúde, o fortalecimento das ações de cuidado no território e a melhoria das condições de atendimento à população indígena e cumprimento das Portarias do PIAPS.

11.2 - Com a disponibilização de um espaço físico adequado, espera-se qualificar a organização dos atendimentos realizados pela equipe de saúde, permitindo maior planejamento das atividades da equipe de Saúde Indígena, o acompanhamento de usuários e desenvolvimento de ações coletivas voltadas à promoção e prevenção em saúde.

11.3 - A estrutura também permitirá melhores condições de trabalho para os profissionais envolvidos na assistência, contribuindo para maior eficiência na prestação dos serviços, melhor registro das atividades realizadas e fortalecimento das ações da Atenção Primária à Saúde no território indígena, em consonância com as diretrizes da Política Estadual de Atenção Primária à Saúde (PIAPS).

11.4 - A implantação do Espaço de Atendimento para a Saúde Indígena também busca fortalecer as ações de equidade em saúde, garantindo melhores condições de acesso e atendimento à população indígena, considerando suas especificidades sociais, culturais e territoriais. A iniciativa está alinhada aos princípios da atenção à saúde indígena e às diretrizes da Atenção Primária à Saúde, promovendo cuidado mais próximo da comunidade e contribuindo para a redução de desigualdades no acesso aos serviços de saúde.

12 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

12.1 - A Administração tomará as seguintes providências previamente ao contrato:

- a) Nomeação, por meio de portaria, de servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão contratual;
- b) Reunião com a empresa contratada, antes do início da execução do contrato, a fim de elaborar um plano de trabalho ou definir estratégias para a melhor execução do objeto, sempre que necessário em virtude das características do objeto.

12.2 - A fiscalização do cumprimento do contrato caberá ao Município, que exercerá rigoroso controle em relação à quantidade e à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas.



12.3 - O gestor do contrato possui atribuições e funções de administrar todo o contrato, desde sua concepção até a finalização, nos termos do artigo 14 do Decreto Municipal 23/2023.

12.4 - O fiscal do contrato será designado, pela autoridade do órgão ou entidade, mediante expedição de portaria, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, nos termos dos artigos 15, 16 e 17 do Decreto Municipal 23/2023.

12.5 - Quando não houver nomeação específica, mediante expedição de portaria, o gestor do contrato será o secretário da secretaria requisitante.

12.6 - A contratação contará com Matriz de Alocação de Riscos, documento técnico que contém os tipos de risco, a descrição completa de cada tipo, a respectiva materialização, a mitigação e a alocação.

φ. 13 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

13.1 - No momento, o Município não possui contratações correlatas ao objeto, pois não há contratações em andamento ou já realizadas que possam impactar a solução escolhida ou serem por ela impactadas.

13.2 - Tendo em vista que se trata de licitação em regime de empreitada global, em que a contratada será responsável pelo fornecimento dos materiais, dos equipamentos e da mão de obra necessários ao cumprimento do objeto contratual, não há licitação interdependente.

γ. 14 - IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

14.1 - Em razão do objeto ser caracterizado como uma obra de engenharia, observa-se que um dos maiores impactos ambientais desse tipo de indústria é a geração de resíduos. Sendo assim, é importante um bom planejamento inicial dos insumos que serão utilizados em cada etapa da obra, evitando perdas e reduzindo consideravelmente a porcentagem de resíduos.

14.2 - É importante que exista um plano de gestão de resíduos, para que os entulhos que forem inevitáveis sejam armazenados e coletados corretamente, com a reciclagem dos materiais que tiverem essa possibilidade e a destinação adequada dos demais.

14.3 - A empresa contratada deverá cumprir rigorosamente a legislação ambiental, garantindo que suas atividades respeitem as normas federais, estaduais e municipais relacionadas à preservação ambiental. Isso inclui o uso de práticas sustentáveis durante toda a execução dos serviços, desde a aquisição de materiais até o descarte final de resíduos.



15 - MAPA DE RISCOS

15.1 - O mapa de risco da contratação será retratado no tópico abaixo, por meio do documento elaborado para a identificação dos principais riscos que permeiam o procedimento, contendo as ações de controle, prevenção e mitigação de impactos.

Fase - Planejamento

RISCO	ESCALA DE PROBABILIDADE	DESCRIÇÃO DO IMPACTO	ESCALA DE IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA RESPONSÁVEL	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA RESPONSÁVEL
1 – Incorreta identificação da demanda.	Raro	Instrução processual inadequada.	Muito Baixo	Verificar corretamente a demanda. Informar-se junto ao setor responsável pela demanda, solicitando ratificação ou retificação do objeto.	Quando detectado o erro quanto à real necessidade da demanda, parar o processo no estágio em que se encontrar e proceder às retificações cabíveis.
2 - Falta de designação ou designação incorreta de responsáveis	Raro	Falta de análise dos instrumentos processuais. Falta de verificação da necessidade a ser atendida. Dimensionamento incorreto do objeto a ser licitado. Realização de estudo falho, incorreto ou impreciso.	Muito Baixo	Identificar corretamente os problemas a serem resolvidos. Designação de servidores com conhecimentos suficientes para a realização dos trabalhos. Capacitar os servidores para realizar as etapas de planejamento da contratação.	Análise prévia do objeto a ser licitado, direcionando para as equipes corretas. Remanejamento dos servidores de acordo com as qualificações e as atribuições pessoais.
3 – Estudos preliminares incorretos.	Raro	Instrução processual inadequada. Especificações incompletas. Exigência de requisitos irrelevantes ou indevidamente restritivos. Não contratação da solução mais vantajosa, devido à ausência de adequado levantamento de mercado. Falha no atendimento das necessidades da secretaria requisitante.	Médio	Identificar corretamente os setores responsáveis. Designação de servidores responsáveis técnicos, com conhecimento do objeto e da legislação pertinente. Capacitação constante dos servidores envolvidos no planejamento.	Aprimoramento do estudo do objeto e ampliação do diálogo com os setores envolvidos, a fim de entender a real necessidade. Remanejamento dos servidores de acordo com as qualificações e as atribuições pessoais.
4 – Estimativa inadequada de quantitativo do objeto a ser licitado.	Pouco provável	Falta de produtos ou serviços para atender à necessidade da contratação. Sobra de produtos ou serviços. Necessidade de elaboração de aditivo contratual.	Baixo	Adequado levantamento das reais necessidades da secretaria requisitante. Envolver setores responsáveis na instrução inicial do processo, solicitando ratificação ou retificação do objeto.	Análise de possibilidade de aditivo contratual, levando em consideração a porcentagem estabelecida para acréscimos ou supressões do objeto em questão.
5 – Licitação deserta ou fracassada	Raro	Ausência de licitantes ou não apresentação de proposta válida. Atraso no atendimento à demanda. Necessidade de iniciar novo procedimento licitatório.	Baixo	Elaborar orçamento de acordo com a documentação técnica as peculiaridades do objeto. Elaborar orçamento compatível com os preços de mercado, utilizando tabelas referenciais, cotações de mercado e contratações similares feitas pela Administração Pública. Realizar análise criteriosa acerca dos documentos a serem exigidos para habilitação técnica. Promover ampla divulgação do edital de licitação.	Formar grupo de trabalho com conhecimento técnico. Revisar minuciosamente o orçamento, a fim de verificar se está compatível com os preços de mercado. Realizar estudo para verificar se o mercado fornecedor, sobretudo local, atende as especificações técnicas do objeto. Reavaliar as exigências de qualificação técnica para não restringir injustificadamente a competição.
6 – Impugnação ao edital	Pouco provável	Atraso no andamento do processo licitatório e consequente atraso na contratação da empresa.	Médio	Elaborar os documentos técnicos corretamente, com especificações claras e precisas, atendendo às normas regulamentares e legais. Elaborar o edital e a minuta de contrato corretamente, de acordo com a legislação vigente.	Treinamento dos servidores envolvidos diretamente na elaboração dos documentos. Em caso de impugnação por erros nos documentos técnicos, solicitar aos responsáveis que procedam às correções.



RISCO	ESCALA DE PROBABILIDADE	DESCRIÇÃO DO IMPACTO	ESCALA DE IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA RESPONSÁVEL	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA RESPONSÁVEL
7 – Atraso na conclusão do processo administrativo de contratação	Pouco provável	Atraso na contratação da empresa.	Médio	Alinhamento com todos os setores envolvidos, de modo a executar a fase de planejamento com a maior eficiência possível. Designação de servidores com conhecimentos suficientes para a realização dos trabalhos.	Formar grupo de trabalho com conhecimento técnico a fim de agilizar a conclusão dos serviços.

Fase – Gestão contratual e execução do objeto contratado

RISCO	ESCALA DE PROBABILIDADE	DESCRIÇÃO DO IMPACTO	ESCALA DE IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA RESPONSÁVEL	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA RESPONSÁVEL
1 - Execução do objeto contratual em desacordo com o contrato.	Pouco provável	Falha no atendimento às necessidades da Administração. Solução diversa da proposta no instrumento convocatório.	Baixo	Acompanhamento da execução pelo fiscal do contrato. Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades. Capacitar a equipe de fiscalização do contrato para identificar erros ou falhas com maior facilidade.	Instauração de procedimento de inadimplência contratual, com vistas à aplicação de penalidades.
2 - Atrasos na execução do contrato ou baixa produtividade.	Provável	Aumento do custo e demora na entrega da obra. Atraso no atendimento à necessidade da Administração.	Baixo	Acompanhamento da execução pelo fiscal do contrato. Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades.	Instauração de procedimento de inadimplência contratual, com vistas à aplicação de penalidades.
3 - Períodos de chuva fora da previsibilidade local.	Pouco provável	Aumento de custos e atraso no cronograma por caso fortuito ou força maior.	Baixo	Não há.	Caberá ao contratante análise das circunstâncias e ações possíveis.
4 - Contratação de empresa sem capacidade de executar o contrato.	Raro	Dificuldades na execução contratual, com o cumprimento inadequado do objeto.	Médio	Solicitar documentos de qualificação técnica e econômico-financeira compatíveis com a complexidade do objeto.	Avaliar adequadamente a empresa. Instauração de procedimento de inadimplência contratual, com vistas à aplicação de penalidades.
5 - Atraso de pagamento à contratada.	Raro	Insatisfação da contratada. Descumprimento contratual.	Médio	Realizar a análise prévia do orçamento. Realizar gerenciamento e controle do orçamento destinado ao contrato.	Verificar periodicamente o desempenho financeiro do contrato e capacidade de desembolso do órgão.
6 - Qualificação insuficiente dos fiscais do contrato.	Raro	Baixa qualidade na avaliação da prestação dos serviços e ou da execução da obra.	Baixo	Designar servidores capacitados para a fiscalização.	Capacitação da equipe de fiscalização de contratos.

Critérios para a avaliação dos riscos (escala probabilidade / impacto - Decreto Municipal 86/2025)

Artigo 5º §2º Os riscos serão avaliados de acordo com a seguinte escala de probabilidade:

I - raro: acontece apenas em situações excepcionais; não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência – peso 1;

II - pouco provável: o histórico conhecido aponta para baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo – peso 2;

III - provável: repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte – peso 3;

IV - muito provável: repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há muitos indícios que ocorrerá nesse horizonte – peso 4;

V - praticamente certo: ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo. – peso 5.

Artigo 5º §3º Os riscos serão avaliados de acordo com a seguinte escala de impacto:



I - muito baixo: compromete minimamente o atingimento do objetivo; para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultados – peso 1;

II - baixo: compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultados – peso 2;

III - médio: compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultados – peso 3;

IV - alto: compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultados – peso 4;

V - muito alto: compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultados – peso 5.

Artigo 5º §4º O nível de risco é obtido pela multiplicação do peso da escala de probabilidade com o peso da escala de impacto, com a possibilidade de alcançar o seguinte nível de risco:

I – risco crítico: 15 a 25;

II – risco alto: 8 a 12;

III – risco moderado: 4 a 6;

IV – risco pequeno: 1 a 3.

16 - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

16.1 - O presente estudo técnico preliminar evidência que a contratação é adequada ao atendimento das necessidades da manifestas pela secretaria requisitante, considerando os aspectos técnicos, legais, operacionais e orçamentários que fundamentam a execução da obra e dos serviços de engenharia. Dessa forma, declara-se viável a contratação.

16.2 - Diante de todo o exposto, verifica-se que o presente estudo para construção de Ambulatório atende a uma demanda da comunidade indígena, possui embasamento normativo e está alinhado ao interesse público, promovendo a equidade e contribuindo para a efetivação de direitos fundamentais. Dessa forma, justifica-se o presente, considerando sua relevância social, seu respaldo técnico e jurídico e sua contribuição para a garantia do direito à saúde da população indígena.

Passo Fundo/RS, 16 de junho de 2026.

Diego Tessaro
Secretário Interino de Planejamento
SEPLAN

Vanessa Palauro
Arquiteto(a) e Urbanista
CAU/RS A35806-1